

HABEAS CORPUS Nº 548.823 - PE (2019/0358079-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : CHARLES ROBSON ROCHA
ADVOGADO : CHARLES ROBSON ROCHA - PE031088
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : AIRON RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de AIRON RODRIGUES DOS SANTOS contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (HC n. 5248-35.2019.8.17.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente e denunciado pela suposta prática dos crimes previstos no arts. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, em relação a vítima Geribaldo Gomes de Oliveira e art. 121, § 2º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso, II, do Código Penal, na forma do art. 69 do CP, com incidência do art. 1º, inciso I, da Lei n. 8.072/90. No dia 24/3/2017, o réu foi pronunciado nos termos da denúncia.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, na Corte estadual, questionando os requisitos da prisão preventiva e alegando haver excesso de prazo para formação da culpa.

O Desembargador do Tribunal de origem, contudo, indeferiu a liminar pleiteada (e-STJ fls. 51/53).

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que há excesso de prazo para formação da culpa, uma vez que o paciente encontra-se preso há mais de 4 anos e 2 meses, ensejando a superação da súmula 21 do STJ. Afirma que o paciente se apresentou espontaneamente à delegacia. Ressalta que o decreto construtivo do paciente não apresenta fundamentação idônea e que os requisitos do art. 312 do CPP não são visualizados.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da

prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a substituição por medidas cautelares diversas, com a superação da Súmula n. 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, *como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular* (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que se verifica no caso.

Consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar o controle antecipado por este Superior Tribunal.

Seguem os motivos expostos no decreto prisional (e-STJ fls. 37/38):

[...]. A vítima fatal, temendo que o acusado matasse seu filho, nas proximidades de sua residência desceu da motocicleta em que seu filho lhe trazia e mandou que o menor correr dali, tendo em seguida entrado em uma residência de um dos vizinhos. O menor então se afastou do local e ficou parado em frente a sua residência, quando então o representado desceu da motocicleta, recarregou a arma de fogo e invadiu a casa onde Geribaldo Gomes de Oliveira entrou, posteriormente o executou com vários disparos de arma de fogo, em seguida empreendeu fuga, estando em local incerto e não sabido.

O Ministério Público em manifestação de fls. 17/18 ratifica a representação formulada pela Autoridade Policial e manifesta-se pela prisão preventiva do inculcado.

Muito bem, à luz do art. 312 do Código de Processo Penal constituem pressupostos para a decretação da prisão preventiva a prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria sendo seu fundamento a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Por sua vez, o art. 311 do mesmo Diploma prevê a possibilidade da decretação da custódia preventiva de ofício pelo magistrado no curso da ação penal ou, durante o período investigativo, por representação policial ou requerimento ministerial.

A materialidade do delito de homicídio consumado fora encartada aos autos pela Perícia Tanatoscópica de fls. 16. Já no que diz respeito ao crime na forma tentada, tem-se que resta comprovada a materialidade através dos depoimentos colhidos.

A segregação provisória visa não apenas afastar do seio da sociedade o infrator, mas também coibir a índole maléfica dos demais; dar exemplo claro e cabal de que o crime não compensa; de que a Justiça funciona. Trata-se de desestimular, em seu nascedouro, outros anseios criminosos.

Por outro lado, em relação à necessidade da decretação da preventiva para a conveniência da instrução criminal esta insurge como resultado do devido processo legal, visto que a conveniência de todo processo criminal é a realização da instrução criminal de maneira lisa, equilibrada e imparcial, na busca da verdade real, interesse preponderante não só para a acusação, mas, sobretudo, dos acusados¹

Nesta esteira, eventuais perturbações que possam advir das atitudes do acusado ao desenvolvimento da instrução criminal, que compreende a colheita de provas de um modo geral, é motivo a ensejar a prisão preventiva. Neste contexto, entendo que solto o indiciado poderá e muito prejudicar o deslinde da ação penal, intimidando vítima e testemunhas, causando-lhes temor, de modo a tumultuar a busca pela verdade real.

Desta maneira - repito - a prisão cautelar é medida que se apresenta inescusável.

Por fim, entendo que nenhuma das medidas cautelares do art. 282 do CPP se adequam à garantir a ordem pública, uma vez que nenhuma, a não ser a prisão, se presta a inibir a periculosidade real do increpado ou mesmo à possibilidade iminente de reincidência delituosa, de modo que também inexistente a causa proibitiva da decretação da preventiva prevista no § 6º do mesmo dispositivo. [...].

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, "[s]e as circunstâncias concretas da prática do crime indicam, pelo *modus operandi*, a periculosidade do agente ou o risco de reiteração delitiva, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria" (HC n. 126.756/SP, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 23/6/2015, publicado em 16/9/2015).

Ainda, vale lembrar que eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional

Entendo, assim, que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar, no momento adequado, a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* originário.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator